



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0009887-85.2021.6.05.8000
INTERESSADO : TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA/CPLIC
ASSUNTO : Impugnação de edital. Pregão nº 12/2021.

Parecer nº 191 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. Os autos foram enviados a esta Assessoria para análise de Impugnação formulada pela empresa TOTAL HS HIGIENIZA E SANITIZA LTDA (doc. nº 1643331), versando sobre a ausência, no edital do Pregão nº 12/2021, de exigência de documentação supostamente obrigatória para a prestação dos serviços de sanitização, lote 2.

1.1. Discorrendo tratar-se de documentos de habilitação, a impugnante, ao final, pede que no edital passe a constar (literalmente transcrito):

- "a) Registro no ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado.
- b) Registro no ANVISA do produto que será disponibilizado.
- c) Apresentem a Ficha técnica do produto que será disponibilizado.
- d) Apresentem a Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo e
- e) Apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS – MS – ANVISA;
- f) Apresentem o documento comprovando eficiência do “long lasting” (tempo de duração)."

2. Instada a se manifestar (doc. nº 1644563), a área demandante aduziu (doc. nº 1645919):

"Com referência ao pedido de impugnação ao Edital nº 12/2021, instada esta unidade a se manifestar, informo, de ordem, que o item 8, 't' do respectivo Termo de Referência (doc. 1629666 do SEI 0009887-85.2021) alcança e resolve em sua integralidade, s.m.j, a impugnação apresentada.

Eis o teor do item 8, “t” do Termo de Referência em causa:

"8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

(...)

t) Observar na execução dos serviços as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da legislação de proteção ao Meio ambiente e da organização Mundial de Saúde (OMS)"

3. Com base em tal manifestação, o Pregoeiro se posicionou pela rejeição da Impugnação (doc. nº 1646015).

É o breve Relatório.

4. O artigo 27, da Lei nº 8.666/93, estabelece qual documentação poderá ser exigida como condição de habilitação dos licitantes. Vejamos:

"Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal"

5. Por seu turno, o edital do Pregão nº 12/2021 previu todo o rol de documentos que comprove a aptidão das concorrentes para a prestação dos serviços em tela, e, especificamente quanto à capacidade técnica, exigiu:

11.1.7. Qualificação técnica:

a) Comprovação de que a empresa está registrada no conselho profissional competente para fiscalizar a atividade profissional do seu responsável técnico.

b) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, durante a execução do contrato, profissional de nível superior ou médio profissionalizante, devidamente habilitado para exercer as atividades objeto desta contratação, com registro válido no Conselho Profissional competente, além da comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional;

b.1) A comprovação de vínculo profissional com a empresa poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou do contrato social, ou pela certidão de registro da empresa na entidade profissional em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, acompanhada da declaração de sua anuência;

b.2) Comprovação de que o profissional citado na alínea b é o Responsável Técnico da empresa;

c) Comprovação, por meio de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional de que a futura contratada executou serviços de sanitização de ambientes, emitido por órgão da Administração Pública em geral ou Entidade Privada, em nome da empresa, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário e o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), estando as informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Tribunal.

5.1. Além disso, no que diz respeito ao regular exercício da atividade, estabeleceu, no quesito habilitação jurídica:

e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e.1) Licença Ambiental, ou termo equivalente concedida pelo órgão ambiental competente;

e.2) Licença sanitária ou termo equivalente concedido pelo órgão sanitário competente.

e.3) A empresa instalada em cidade que não possua autoridade municipal sanitária e ambiental está obrigada a comprovar a licença junto à autoridade sanitária e ambiental regional competente, estadual ou distrital a que município pertença.

6. Por seu turno, o Termo de Referência (TR), como bem salientado pela área demandante, traz como obrigação da futura Contratada, na execução dos serviços, a observância às regras da ANVISA e OMS.

7. Pois bem. Em análise conjunta das disposições acima, podemos afirmar que este Tribunal cercou-se das cautelas necessárias para a contratação dos serviços de sanitização, quando fixou exigências relativas à qualificação das concorrentes, primando pela *expertise* a ser comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, bem assim quanto ao atendimento das exigências legais que as habilitam para o serviço em questão, e que dizem respeito ao licenciamento concedido pelos órgãos competentes. Complementando-se a segurança na melhor contratação, estabeleceu, para a fase de execução, a obrigatória utilização de produtos em conformidade com as regras do órgão regulador (ANVISA).

7.1. Mais do que isso seria exorbitar dos comandos legais, vez que a Administração não pode exigir como critério de habilitação quaisquer documentos diversos daqueles elencados nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993.

8. Além disso, em pesquisa empreendida por nós, foi possível perceber uma certa dificuldade na classificação de produtos como verdadeiramente eficazes no combate ao SARS-CoV-2. É o que se extrai, por exemplo, de material disponibilizado pela ANVISA, em tópico de *perguntas e respostas*¹:

"Pergunta

É permitido mencionar que o produto auxilia no combate ao Corona Vírus.

Resposta

O nome da doença é COVID-19, o microrganismo causador é o SARS-CoV-2, Coronavírus é a família a qual esse bichinho pertence. Para apregoar ação contra esse vírus é necessário apresentar teste de eficácia conduzido por laboratório credenciado. Como não existe cepa disponível para avaliação desse vírus, até o momento, a empresa pode avaliar com cepas de microrganismos semelhantes como H1N1 e Coronavírus anteriores. Se aprovado, deixamos mencionar no rótulo que combate microrganismo semelhante afim de orientar corretamente os consumidores."

9. Sendo assim, julgamos que, na forma indicada no edital, caberá à fiscalização, durante a fase de execução contratual, verificar a observância da empresa no que diz respeito à utilização de produtos aprovados pela ANVISA, na prestação dos serviços de sanitização. Agora, na fase do certame, bastará que as licitantes comprovem preencher os requisitos de habilitação jurídica e qualificação técnica listados no ato convocatório, acima reproduzidos.

10. Pelo exposto, somos pelo não acolhimento da Impugnação, mantendo-se as condições de habilitação na forma originariamente vista no edital do Pregão nº 12/2021, e que dispensam prévia comprovação/verificação relativa aos produtos que serão utilizados pelas empresas na prestação dos serviços constantes do lote 2 (serviços de sanitização).

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

1. Visto em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/educacaoepesquisa/webinar/saneantes/arquivos/2883json-file-1>



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 14/06/2021, às 17:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1646621** e o código CRC **E9A96F73**.